

POLÍTICA DE USO ACEITÁVEL E PROPRIEDADE INTELECTUAL (UGC POLICY)

Esta Política de Uso Aceitável e Propriedade Intelectual ("Política") define as regras e diretrizes para o Conteúdo Gerado pelo Usuário ("CGU") na Plataforma **TUTOR FLOW** ("Plataforma"). Ela complementa os Termos de Uso e estabelece os procedimentos para moderação e remoção de materiais que violem a lei ou os padrões da Plataforma.

1. Definições

1.1. Conteúdo Gerado pelo Usuário (CGU): Qualquer material (textos, imagens, vídeos, documentos, áudios, materiais de aula, PDFs) que o Tutor ou o Aluno insira, carregue, transmita ou compartilhe na Plataforma, incluindo, mas não se limitando à funcionalidade "Meus Materiais".

1.2. Ilícito Grave: Conteúdo que configure crime, assédio, ameaça à vida ou à integridade física, fraude, conteúdo sexualmente explícito não consensual ou que viole direitos humanos e a dignidade da pessoa.

2. Padrões de Conteúdo e Conduta Proibida

O Usuário é o único responsável pelo CGU que publica na Plataforma. É estritamente proibido carregar, armazenar ou transmitir qualquer CGU que:

2.1. Violação de Direitos Autorais e Propriedade Intelectual: Constitui plágio ou infringe direitos autorais, patentes, marcas, segredos comerciais ou outros direitos de propriedade intelectual de terceiros. É vedado o upload de livros, apostilas ou materiais de terceiros sem a devida licença ou autorização do titular dos direitos.

2.2. Ilegalidade: Configure, promova ou incite Ilícito Grave, incluindo fraude, pedofilia, crimes de ódio ou violência digital.

- 2.3. Assédio e Discriminação: Tenha caráter difamatório, ofensivo, discriminatório (baseado em raça, etnia, religião, gênero, orientação sexual), abusivo ou promova assédio moral ou sexual a qualquer Usuário ou terceiro.
- 2.4. Conteúdo nocivo: Contenha malware, vírus, worms ou qualquer código, arquivo ou programa criado para interromper, destruir ou limitar a funcionalidade de qualquer software, hardware ou equipamento de telecomunicações.
- 2.5. Informações Pessoais de Terceiros: Publique dados pessoais (PII) de terceiros sem a base legal adequada, violando a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

3. Direitos e Garantias do Tutor sobre o CGU

- 3.1. Licença de Uso: Ao carregar CGU na Plataforma (especialmente na funcionalidade "Meus Materiais"), o Tutor concede à Tutor Flow uma licença mundial, não exclusiva e livre de royalties para utilizar o material na medida estritamente necessária para a prestação dos serviços (e.g., armazenamento, exibição e distribuição para os Alunos do próprio Tutor).
- 3.2. Garantia de Titularidade: O Tutor garante que possui integralmente os direitos de propriedade intelectual ou as licenças necessárias sobre todo o CGU que insere na Plataforma. O Tutor será o único responsável por qualquer litígio, multa ou indenização decorrente da violação de direitos de terceiros.¹

4. Moderação e Regime de Responsabilidade Civil (Marco Civil da Internet)

A responsabilidade da Tutor Flow sobre o CGU é regida primariamente pelo Marco Civil da Internet (MCI – Lei nº 12.965/14) e pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF):

- 4.1. Regra Geral (Safe Harbor): A Tutor Flow não é civilmente responsável pelo CGU publicado por terceiros, a menos que haja descumprimento de uma ordem judicial específica e prévia determinando a exclusão do material (aplicável a ilícitos contra honra ou violação de direitos autorais).²
- 4.2. Autorregulação (Violação da Política): A Tutor Flow pode remover, suspender o acesso ou indisponibilizar o CGU que, a seu exclusivo critério, violar as regras estabelecidas nesta Política ou nos Termos de Uso, independentemente de ordem judicial.²
- 4.3. **Responsabilidade por Ilícitos Graves (Notificação Extrajudicial):** Em casos de **Ilícitos Graves** (crimes em geral e atos ilícitos, excluída a violação de direitos autorais), a Tutor Flow será responsabilizada civilmente se, após receber uma **notificação extrajudicial específica** e fundamentada do ofendido, deixar de promover a remoção do conteúdo denunciado,

conforme modulação do STF.⁷

5. Procedimento de Denúncia e "Due Process" Interno

A Tutor Flow compromete-se a manter canais acessíveis e um processo interno transparente para o recebimento e análise de denúncias.

5.1. Canais de Notificação: O usuário ou terceiro que se sentir lesado pela CGU deve formalizar a denúncia através do canal específico disponibilizado pela Plataforma, preferencialmente eletrônico e amplamente divulgado.

5.2. Requisitos da Notificação (Ilícitos Graves): Para que a denúncia extrajudicial de Ilícito Grave seja considerada válida e acione o dever de remoção (item 4.3), ela deve constar formalmente, no mínimo:

- a) Identificação clara e específica do URL (link) exato do conteúdo denunciado na Plataforma;
- b) Indicação precisa da ofensa ou ilicitude (dispositivo legal violado);
- c) Provas ou indícios da ilicitude; e
- d) Identificação clara do notificado.

5.3. Direito de Defesa e Comunicação: A Tutor Flow se compromete a garantir o "devido processo" interno, comunicando ao Usuário responsável pelo CGU (quando houver informações de contato disponíveis) os motivos e informações relativas à indisponibilização do conteúdo.³

6. Penalidades

A violação desta Política, especialmente em relação à propriedade intelectual e à publicação de Ilícitos Graves, pode resultar, a critério da Tutor Flow, nas seguintes penalidades, isolada ou cumulativamente:

- a) Remoção imediata do CGU infrator.
- b) Advertência ao Usuário.
- c) Suspensão temporária ou permanente do acesso do Usuário à Plataforma.
- d) Rescisão imediata do contrato de Termos de Uso.
- e) Comunicação às autoridades competentes em casos de Ilícitos Graves.